Grupo MARI: educação e respeito à diversidade brasileira

André Luiz da Silva

No ano de 1989, cinco pesquisadores do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, com experiência de pesquisa em áreas indígenas e integrantes do grupo de educação da Comissão Pró-Índio de São Paulo, fundaram o MARI – Grupo de Educação Indígena, um grupo de estudos e de assessoria aos projetos de educação indígena, preocupado com a garantia das condições necessárias para que cada grupo indígena assuma e gerencie seus próprios projetos de escola. Outro objetivo do MARI é a produção de materiais sobre as sociedades indígenas destinados à sociedade envolvente. Diante da qualidade destas informações, oferecidas para a sociedade nacional, tanto nos livros didáticos, como nos livros infanto-juvenis e outros meios de comunicação, os membros do MARI têm assessorado diferentes entidades e instituições, bem como produzido materiais informativos sobre os índios para o grande

Com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes sobre a realidade indígena e, assim, reverter o quadro atual de preconceito, discriminação e desinformação no Brasil, o MARI tem oferecido semestralmente um curso de capacitação para professores de 1° e 2° graus da rede pública e privada. A proposta é fazer uma introdução à questão indígena e à antropologia e refletir sobre a abordagem desta questão dentro da escola.³

dutório". Realizado no segundo semestre de 1994, de

Desde a sua fundação, o grupo ampliou suas atividades e o número de membros. Hoje já são quinze os pesquisadores que atuam em áreas indígenas, assessoram projetos indígenas de educação e desenvolvem atividades voltadas a um tratamento mais adequado da questão indígena na escolas não-índias.

^{1.} São membros fundadores do MARI, Aracy Lopes da Silva, Luís Donisete Benzi Grupioni, Isabelle Vidal Giannini, Mariana Kawal Leal Ferreira e Marta Maria Azevedo.

^{2.} As diretrizes do Mari — Grupo de Educação Indígena podem ser consultadas no primeiro número desta revista *Cadernos de Campo*, 1991, em sua seção "Comunicações e Informes".

^{3.} Nos últimos anos o MARI ofereceu os seguintes cursos:

^{- &}quot;Brasil indígena, 500 anos após o descobrimento da América". Realizado no segundo semestre de 1992, de 05/08 a 14/10.

^{- &}quot;Introdução ao estudo de sociedades e culturas indígenas no Brasil". Realizado no segundo semestre de 1993, de 06/08 a 15/10.

^{- &}quot;Antropologia e história dos índios no Brasil". Realizado no primeiro semestre de 1994, de 08/04 a 24/06. - "A temática indígena na sala de aula - curso intro-

Uma outra linha de atuação do MARI é a assessoria prestada a organizações e entidades de apoio aos índios como o CIMI, GTME, COMIN e OPAN, através de cursos de introdução à antropologia para agentes destas instituições que atuam junto a grupos indígenas.

A garantia dos direitos indígenas na atual Constituição federal não foi, sabemos, um benefício do Estado, mas uma conquista, resultado de anos de luta e reivindicações. O MARI participou desta conquista dos índios analisando e fazendo propostas e hoje acompanha a legislação indígena em trâmite no Congresso Nacional (especialmente o Estatuto do Índio e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB).

O Decreto no. 26 de 04/02/1991 transferiu para o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) a responsabilidade, atribuída anteriormente à FUNAI, do acompanhamento das escolas indígenas. Em resposta às demandas e reivindicações do próprio movimento indígena e outros agentes envolvidos com a educação diferenciada de cada grupo, em 1992 foi instituído no MEC, o Comitê de Educação Escolar Indígena, reunindo representantes do MEC, FUNAI, lingüistas, antropólogos e representantes do movimento dos professores-índios no Brasil. A finalidade do Comitê é apoiar e subsidiar ações e decisões relacionados com o Programa da Educação Escolar Indígena,4 ora implementado pelo governo brasileiro. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) indicou os nomes de dois membros do MARI para o Comitê.5

Entre as atividades do MARI estão a realização de seminários sobre educação indígena, avaliação de livros didáticos e discussão de projetos de currículos diferenciados. Deste modo o grupo oferece para a academia possibilidades de formação de alunos da graduação e pós-graduação interessados nesta área de pesquisa. Uma contribuição fundamental neste sentido é o projeto temático "Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola", aprovado em abril deste ano pela FAPESP.

O projeto tem por objetivos a "pesquisa de caminhos para uma educação que desperte e desenvolva a sensibilidade para a diversidade sociocultural". A proposta do grupo é concentrar os trabalhos na área de educação escolar indígena e de educação para não-índios, vistas aqui como faces do processo uno "que envolve o convívio na diferença e a sensibilidade para a alteridade".6

O projeto contempla os temas da socialização infantil em sociedades indígenas; "processos e transmissão de conhecimento nestas sociedades; o impacto e o significado da introdução da escrita e da escola junto aos povos indígenas"; a história das "relações entre missões religiosas, Estado e sociedade nacionais" e as sociedades indígenas brasileiras; a preparação de uma "memória das escolas indígenas no Brasil"; o acompanhamento da formação da imagem dos índios predominante entre não-índios, presentes nos manuais escolares; e, por fim, as obras de divulgação produzida por historiadores e antropólogos nos últimos anos, para verificar sua absorção pela escola de 1º e 2º graus.

Os materiais informativos produzidos pelo MARI consistem na aplicação prática de suas diretrizes. Apresento, de maneira breve, as últimas publicações do grupo.

No final de 1994, em parceria com o Comitê de Educação Escolar Indígena do

^{07/10} a 09/12.

O próximo curso esta previsto para o segundo semestre de 1995, com início em agosto.

^{4.} Cadernos de Educação Básica, série Institucional, vol. 2, *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, 2ª edição, Brasília: MEC: SEF: DPEF, pp. 9s., 1994.

^{5.} Aracy Lopes da Silva e Luís D. B. Grupioni representam a ABA neste comitê.

^{6.} Projeto temático de pesquisa do Mari – Grupo de Educação Indígena/USP, São Paulo, 1994, p. 5.

MEC, o MARI finalizou duas publicações. O primeiro fruto da parceria foi a reedição do roteiro bibliográfico Por onde começar uma pesquisa sobre índios?7, uma edição revista e ampliada pelos organizadores do roteiro bibliográfico elaborado dentro do projeto cultural "Índios no Brasil", da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo em 1992. Neste roteiro encontramos uma lista de livros com informações básicas sobre as sociedades indígenas e sua inserção na sociedade brasileira.8 O Roteiro está organizado por temas, como a "revisão de algumas idéias" sobre a questão indígena, "a situação dos índios hoje no Brasil", as "experiências de contato dos índios com o mundo dos brancos" e "a imagem dos índios nos nossos livros didáticos e na história do Brasil", entre outros. Todos os livros indicados são acompanhados de um comentário crítico elaborado pelos organizadores. Publicação voltada para estudantes e professores de 1º e 2º graus, onde se procura mostrar que nem tudo que se escuta ou lê sobre os índios é correto ou devidamente problematizado – a começar pelo próprio termo "índio", um termo genérico que esconde inúmeras maneiras de viver e ver o mundo de um modo particular.

A segunda publicação é Com quantos paus se faz uma canoa! A matemática na vida cotidiana e na experiência escolar indígena.⁹ Um informe que o MEC publicou com apoio do MARI e colaboração da UNESCO. Este livro foi elaborado como subsídio para professores índios e não-índios e outros profissionais que atuam no contexto escolar em áreas indígenas. A obra pode ser lida também como uma importante contribuição ao estudo da cognição e cultura. A autora faz um relato de suas atividades como professora entre os Xavante e no Parque Indígena do Xingu e usa a Matemática, neste texto, como um meio para estudar os conflitos presentes entre as "formas tradicionais (...) de produzir conhecimento – etnociência" 10 – e as práticas oficiais de educação. A autora mostra que, apesar de diferentes, as etnociências operam lógicas equivalentes à lógica da ciência ocidental. E que o fracasso escolar – principalmente com relação às ciências exatas revela a necessidade de revisão das práticas de educação formal, e não uma incapacidade de aprendizado por parte dos índios ou de membros de grupos minoritários.¹¹

Uma terceira publicação acaba de ser co-editada pelo MARI, MEC e UNESCO: A temática indígena na escola. 12 Um livro organizado por Lopes da Silva e Grupioni, que reúne vinte artigos e vinte e quatro boxes de autores de diferentes disciplinas e instituições que estão em contato com as questões indígenas no Brasil e na América Latina. Entre outros autores, colaboraram no livro: Andrew Gray, Lux Vidal, João Pacheco de Oliveira, Berta Ribeiro, Márcio Silva, Carlos Alberto Ricardo, Roque B. Laraia, John Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha. Os artigos foram organizados em quatro grupos temáticos, de maneira a facilitar a leitura e a compreensão dos mesmos. Apesar da gama muito variada de assuntos, que passa por

^{7.} Lopes da Silva, A. e Grupioni, Luís D. B. (orgs.) – Por onde começar uma pesquisa sobre índios? Roteiro bibliográfico. Brasília:MEC:MARI, 1994.

^{8.} Lopes da Silva, A. e Grupioni, Luis D. B. op. cit., p. 2. 9. Ferreira, Mariana K. Leal — Com quantos paus se faz uma canoa! A Matemática na vida cotidiana e na Experiência escolar indígena. Brasília:MEC:MARI, 1994. Este livro é uma versão atualizada do capítulo III da dissertação de mestrado de Mariana K. Leal Ferreira (pesquisadora do MARI) — "Da Origem dos Homens à Conquista da Escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil", apresentada ao PPGAS da Universidade de São Paulo em 1992, sob orientação da Prof^a. Dra. Aracy Lopes da Silva.

^{10.} Ferreira, M. K. L., op.cit., 1994, p. 13.

^{11.} Ferreira, M. K. L., op.cit., 1994, p. 50.

^{12.} Lopes da Silva, A. e Grupioni, Luís D. B. (orgs.) — A temática indígena na escola — novos subsídios para professores de 1° e 2° graus. Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

estratégias econômicas, biodiversidade, lingüística, preconceito, diversidade, movimento de professores índios, mitologia, arte, organização social até estratégias pedagógicas, os artigos foram pensados e selecionados a partir de uma questão central: o "convívio na diferença". Outra preocupação do livro é quanto a forma didática utilizada para escrever os artigos de modo a facilitar a leitura sem deixar que se percam a qualidade metodológica e das informações. Muitos artigos vêm acompanhados de boxes que os atualizam e complementam ou exemplificam algumas questões tratadas no texto. O livro conta ainda com uma pesquisa iconográfica apurada sobre alguns grupos indígenas do

Brasil, distribuída em cadernos entre os artigos. O livro propõe-se auxiliar professores de 1º e 2º graus na problematização crítica da questão indígena. Para tanto, introduz o leitor em conceitos como o de "cultura", "preconceito", "diversidade", "alteridade", "identidade", entre outros, que são conceitos "chaves" na Antropologia. Assim, introduz o leitor não só na questão indígena, mas, também, no conhecimento antropológico, instrumentalizando-o para uma visão mais crítica da diferença e das injustiças sociais presentes em nossa própria sociedade, tratando de temas atuais. Sem dúvida uma obra indispensável para aqueles que se preocupam com a questão indígena na sala de aula – e fora dela.

Para maiores informações, escreva para o MARI:

Rua do Anfiteatro, 181 – Conjunto Colmeia – Favo 10 Cidade Universitária – Caixa Posta: 8105 05508-900 – São Paulo – SP ou pelo telefone: 818-3045 e fax: 818-3140